

Portas Abertas

O conteúdo formal da mensagem enviada pelo presidente Fernando Collor à abertura da 49ª legislatura não ofuscou o apelo explícito ao Congresso para rever a Constituição — “permeável a modificações aperfeiçoadoras” — em favor do maior rendimento político. Ele argumentou com a necessidade prevista no seu texto pelos próprios constituintes, para quando ela completar cinco anos.

A iniciativa presidencial foi precedida de uma declaração oportuna à Câmara e ao Senado reunidos: “a lealdade e a obediência que devoto à Constituição não me inibem de conclamar os senhores à tarefa de buscar o seu aprimoramento”. A Constituição de 88 tem uma personalidade ambivalente a respeito do sistema de governo, por ter tido na Constituinte um encaminhamento claramente parlamentarista e sofrido no final uma guinada que aprovou o presidencialismo.

O ponto crítico dessa dupla personalidade política é a medida provisória, de índole parlamentarista, que a Constituinte adotou, à semelhança da prática italiana, para livrar o Brasil do decreto-lei que viciava os períodos constitucionais com o instrumento de feitiço autoritário. O período militar exacerbou o uso do decreto-lei a ponto de identificá-lo com o próprio regime. A tendência que predominou durante o maior tempo dos trabalhos constituintes lançou a medida provisória, que a apressada volta ao presidencialismo não conseguiu absorver satisfatoriamente. Ficou um ponto de atrito que, por enquanto, se traduz em precariedade de poder para o Executivo e não foi capaz de mover o Legislativo a regulamentar a sua utilização.

A idéia revisionista vem encontrando obstáculos de interpretação que mostra o intuito de limitá-la exclusivamente ao sistema de governo que caberá ao eleitor definir em plebiscito em 93. Não é, no entanto, o melhor entendimento da idéia que moveu os constituintes, porque a ambigüidade de um regime meio-parlamentarista e meio-presidencialista justifica a iniciativa de antecipar a revisão em proveito da credibilidade constitucional. Uma coisa ou outra. Não há corrente política que possa interessar-se por uma crise que contraponha o Executivo e o Legislativo com algum proveito para a democracia ou mesmo para qualquer dos sistemas de governo. O apelo presidencial cabe também pela oportunidade e pelas dificuldades.

O presidente Collor, na introdução da mensagem, assinala que o entendimento entre os poderes constitucionais é a “única via para a superação não somente das crises que o Brasil enfrenta há décadas, mas também dos vícios políticos que há anos assolam a nação”. Para fundamentar o apelo ao entendimento como um comportamento permanente, o presidente citou suas palavras no discurso de posse, quando afirmou que “não poderia prescindir da colaboração permanente dos parlamentares”. Não é só o governo: a nação toda sente a falta de uma nova atitude política, capaz de romper os padrões preconceituosos de governo e oposição, como vigorava com razão sob o autoritarismo mas perdeu qualquer sentido agora.

Ao declarar abertas as portas do Executivo aos novos congressistas, o presidente Collor quis exprimir com transparência um anseio de convivência que comporta divergências mas não exclui o exame objetivo de todas as situações. Ele fala em “mútuo respeito” entre o Executivo e o Legislativo com “base de um entendimento amplo”, como são os interesses nacionais, e não os interesses personalistas. É por um novo padrão de comportamento político que se reabilitarão os vícios políticos a que se referiu o presidente como mal endêmico.

Não por acaso, o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, na mesma sessão, anunciou a exigência de comparecimento como postura responsável que vai exigir dos congressistas. Não é, entretanto, uma disposição formal mas uma atitude política, “forma de reabilitar a imagem da Casa” e assimilação da “contundente lição” que o eleitor deu em outubro: o assustador volume dos votos em branco foi uma “incisiva manifestação contra a classe política” considerada pelos cidadãos “omissa no trato da coisa pública”. Ganham sentido reforçado esses conceitos emitidos por um político que é presidente do Senado.

Ninguém será capaz de atirar a primeira dúvida sobre a necessidade de entendimento político no âmbito do Congresso renovado, pois já se viu que, fora dele, todas as iniciativas naufragaram por insuficiência de representatividade. O voto, no entanto, faz milagres. O presidente Collor, com os seus 35 milhões de votos, é um interlocutor que esperava ter como parceiro uma representação profundamente renovada, para abrir as portas do governo e estender a mão ao Congresso. Agora é passar da palavra à ação.